

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Legislação Comentada Artigo por Artigo

Doutrina, Legislação e Jurisprudência



Editora Impetus Ltda.

Rua Alexandre Moura, 51 – Gragoatá – Niterói – RJ

CEP: 24210-200 – Telefax: (21) 2621-7007

Projeto Gráfico: Editora Impetus Ltda.

Editoração Eletrônica: SBNigri Artes e Textos Ltda.

Capa: Wilson Cotrim

Revisão de Português: Márcia Pignataro / Marcos Roque

Impressão e encadernação: Paym Gráfica e Editora Ltda.

238i

Neiva, José Antonio Lisbôa, 1966 –

Improbidade administrativa : legislação comentada
artigo por artigo: doutrina, legislação e jurisprudência /
José Antonio Lisbôa Neiva. – 5. ed., rev. e atual. – Niterói, RJ:
Impetus, 2013.

448 p.; 16 x 23 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-7626-742-3

1. Brasil. [Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992]
2. Improbidade administrativa – Legislação – Brasil. 3. Crime
contra a administração pública – Brasil. I. Título.

CDD: 345.8102323

O autor é seu professor; respeite-o: não faça cópia ilegal.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução, salvo pequenos trechos, mencionando-se a fonte. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime (art. 184 do Código Penal). Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Decreto nº 1.825, de 20/12/1907.

A Editora Impetus informa que quaisquer vícios do produto concernentes aos conceitos doutrinários, às concepções ideológicas, às referências, à originalidade e à atualização da obra são de total responsabilidade do autor/atualizador.

SUMÁRIO

Capítulo 1 - Improbidade Administrativa: Noções Gerais	1
1. A improbidade administrativa: sua configuração jurídica	1
2. A repressão judicial aos atos ímprobos: antecedentes legislativos.....	17
3. A constitucionalidade da Lei nº 8.429/1992	24
Capítulo 2 - A Lei de Improbidade Administrativa Comentada	
Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992	29
Capítulo I - Das Disposições Gerais	29
Art. 1º.....	29
Art. 2º.....	30
Art. 3º.....	52
Art. 4º.....	66
Art. 5º.....	67
Art. 6º.....	68
Art. 7º.....	69
1. Ação cautelar: noções gerais.....	69
2. Medidas cautelares decorrentes de atos de improbidade	74
3. Da medida cautelar de indisponibilidade de bens	76
Art. 8º.....	87
Capítulo II - Dos Atos de Improbidade Administrativa	88
Art. 9º, <i>caput</i>	88
Inc. I, do art. 9º.....	91
Inc. II, do art. 9º.....	95
Inc. III, do art. 9º.....	96
Inc. IV, do art. 9º.....	97
Inc. V, do art. 9º	99

Inc. VI, do art. 9ª.....	100
Inc. VII, do art. 9ª.....	101
Inc. VIII, do art. 9ª.....	105
Inc. IX, do art. 9ª.....	107
Inc. X, do art. 9ª.....	108
Inc. XI, do art. 9ª.....	109
Inc. XII, do art. 9ª.....	109
Art. 10, <i>caput</i>	110
Inc. I, do art. 10.....	124
Inc. II, do art. 10.....	126
Inc. III, do art. 10.....	127
Inc. IV, do art. 10.....	130
Inc. V, do art. 10.....	131
Inc. VI, do art. 10.....	132
Inc. VII, do art. 10.....	134
Inc. VIII, do art. 10.....	136
Inc. IX, do art. 10.....	149
Inc. X, do art. 10.....	150
Inc. XI, do art. 10.....	152
Inc. XII, do art. 10.....	153
Inc. XIII, do art. 10.....	153
Inc. XIV, do art. 10.....	154
Inc. XV, do art. 10.....	156
Art. 11, <i>caput</i>	158
Inc. I, do art. 11.....	174
Inc. II, do art. 11.....	175
Inc. III, do art. 11.....	176
Inc. IV, do art. 11.....	177
Inc. V, do art. 11.....	180
Inc. VI, do art. 11.....	183
Inc. VII, do art. 11.....	185
Capítulo III – Das Penas.....	186
Art. 12.....	186
Inc. I, do art. 12.....	186

Inc. II, do art. 12.....	187
Inc. III, do art. 12	187
4. Das medidas relacionadas à sentença de procedência.....	187
5. Da aplicação das medidas e sua dosimetria.....	197
6. Das despesas e dos honorários advocatícios.....	203
7. Do duplo grau obrigatório de jurisdição	211
8. Da coisa julgada.....	213
Capítulo IV – Da Declaração de Bens.....	214
Art. 13	214
§ 1º	214
§ 2º	214
§ 3º	214
§ 4º	215
Capítulo V – Do Procedimento Administrativo e do Processo Judicial.....	216
Art. 14	216
§ 1º	216
§ 2º	216
§ 3º	216
Art. 15	220
Art. 16	220
§ 1º	220
§ 2º	220
Art. 17	227
9. Da ação de improbidade administrativa	227
10. Órgão jurisdicional competente para exame da ação	231
11. Da legitimação ativa.....	267
12. Objeto da ação de improbidade	282
13. Da causa de pedir	295
14. A concessão de tutela antecipada	297
§ 1º	299
§ 2º	299
§ 3º	299
§ 4º	312
§ 5º	313

15. Litispendência nas ações coletivas.....	314
16. Conexão, continência e prevenção	320
§ 6º	325
17. Dos requisitos formais para a admissibilidade de uma petição inicial	325
18. Petição inicial da ação de improbidade e justa causa para o ajuizamento ...	327
§ 7ª	333
§ 8º	340
19. Do indeferimento da petição inicial: considerações genéricas.....	340
20. Do indeferimento da petição inicial previsto no § 8º do art. 17 da LIA	341
§ 9º	343
§ 10	348
§ 11	350
21. Do indeferimento da petição inicial sem exame de mérito	350
22. Do indeferimento da petição inicial por “inadequação da via”	352
§ 12.....	353
Art. 18.....	354
Capítulo VI – Das Disposições Penais.....	355
Art. 19	355
Art. 20	357
Art. 21	359
Inc. I, do art. 21	359
Inc. II, do art. 21.....	359
Art. 22	360
Capítulo VII – Da Prescrição.....	361
Art. 23	361
Inc. I, do art. 23	361
Inc. II, do art. 23.....	361
Capítulo VIII – Das Disposições Finais.....	377
Art. 24	377
Art. 25	377
Capítulo 3 – A improbidade no estatuto da cidade e na legislação eleitoral.....	379
1. Improbidade no Estatuto da Cidade.....	379
Art. 52	379

Inc. I	379
Inc. II	382
Inc. III	383
Inc. IV	385
Inc. V	386
Inc. VI	387
Inc. VII	388
Inc. VIII	389
2. Improbidade na legislação eleitoral	390
Art. 73	391
Inc. I	392
Inc. II	395
Inc. III	395
Inc. IV	396
Inc. V	396
Inc. VI	399
Inc. VII	401
Inc. VIII	401
§ 1º	403
§ 2º	403
§ 3º	404
§ 4º	404
§ 5º	404
§ 6º	404
§ 7º	404
§ 8º	404
§ 9º	404
§ 10	404
§ 11	405
§ 12	405
§ 13	405
Referências bibliográficas	407